



## GT 002. A contribuição da perspectiva antropológica sobre o uso de substâncias psicoativas para o debate atual em torno das

Frederico Policarpo de Mendonça Filho (UFF) - Coordenador/a, Beatriz Caiuby Labate (California Institute of Integral Studies in EUA - Programa de Psicologia Leste-Oeste do CIIS) - Coordenador/a, Andres Leonardo Gongora Sierra (UNIVERSIDAD NACIONAL DE COLOMBIA) - Debatedor/a, Camila de Pieri Benedito (Doutoranda) - Debatedor/a, Rogerio Lopes Azize (UERJ) - Debatedor

O GT visa refletir sobre as representações e práticas acerca do uso de substâncias psicoativas e discutir instrumentos teóricos e metodológicos que permitam compreender os formas de consumo, seus efeitos sociais e políticos, bem como os controles que as cercam. Contempla a multiplicidade de discursos e práticas que coexistem em torno dessas substâncias, como a própria definição como "drogas". Tanto as estratégias de controle sobre as experiências de uso, como aquelas mobilizadas para garantir esse consumo são consideradas em suas singularidades, isto é, a partir de sua própria constituição. Nesse sentido, o ponto de partida é problematizar o paradigma médico-legal em que se baseiam as políticas de drogas estatais. Ao mesmo tempo, busca-se superar a dicotomia "efeitos farmacológicos" versus "aspectos culturais", promovendo o diálogo entre diferentes campos de conhecimentos, de modo a se pensar o tema a partir de uma perspectiva mais integrada. Para tanto, o GT comporta: 1) etnografias sobre práticas de consumo de substâncias que recebem as alcunhas de "droga", "plantas" e "remédios"; 2) análise de políticas de drogas e das instituições que atualizam regimes de controle, tais como tribunais de justiça e serviços de saúde e comunidades terapêuticas. 3) pesquisas que exploram o saber nativo e o encontro entre disciplinas diversas, como, por exemplo, investigações sobre o potencial terapêutico da maconha e dos alucinógenos.

### **A importação do Canabidiol no Brasil: uma análise quali e quanti dos pedidos realizados à ANVISA**

**Autoria:** Yuri José de Paula Motta, Perla Alves

A ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) tem como uma de suas finalidades institucionais promover a proteção da saúde da população, por intermédio do controle da produção e consumo de produtos e serviços. Nos anos de 2015 e 2016, a ANVISA retirou o Canabidiol e outros canabinóides em forma de extração vegetal da lista de substâncias proscritas, o realocando para uma lista de medicamentos extremamente controlada, exigindo apenas que o produto tenha registro em seu país de origem. Ou seja, a obtenção desse medicamento apenas é permitida na forma de importação, sendo que no Brasil a planta *Cannabis Sativa L.*, -popularmente conhecida como maconha - que é a base para a produção da substância, continua proibida. Este work objetiva analisar qualitativamente e quantitativamente os pedidos realizados à ANVISA para importação do Canabidiol no Brasil. Pretendemos deslocar nosso olhar para dois modos de produção de conhecimento acerca do tema: um sobre a experiência e outro a partir da experiência. (POLICARPO, 2016) O primeiro corresponde a um conhecimento normativo, abrangendo dados quantitativos sobre os pedidos realizados em todo país, e o segundo a conhecimentos particulares, produzidos a partir da experiência dos próprios "pacientes", este tendo um recorte limitado a cidade do Rio de Janeiro. Os pesquisadores e autores deste paper são integrantes do projeto "As políticas em torno da maconha: produzindo conhecimento sobre o seu uso medicinal e as articulações com a lei e a medicina" (CNPq),



coordenado pelo Prof. Dr. Frederico Policarpo (InEAC/UFF), pretendemos então, apresentar uma parte de seus resultados.

[Trabalho completo](#)



**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

